

A PEDAGOGIA DA TERRA E O DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Amanda Cristina Lino¹

A teoria materialista de que os homens são produto das circunstâncias e da educação e homens modificados são produto e circunstâncias diferentes e de educação modificada esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado.

A coincidência da modificação das circunstâncias e da atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente compreendida como **prática transformadora**. (Karl Marx)

Resumo

Este artigo é fruto de uma monografia em que se buscou fazer uma reflexão acerca do Primeiro Curso de Pedagogia da Terra no estado de São Paulo, e seu enfoque analisa a relação existente entre a Educação do Campo e o processo de desenvolvimento socioambiental nos assentamentos no estado de São Paulo e as possíveis contribuições dos educadores e educadoras da Pedagogia da Terra. A necessidade de formar pedagogos para as áreas de assentamentos rurais se dá diante da insuficiência das políticas públicas de educação para essas áreas. A essa situação, acresce ainda a problemática em torno do desenvolvimento socioambiental desses assentamentos. A metodologia utilizada consiste numa pesquisa bibliográfica, na coleta e análise de documentos produzidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e instituições de ensino e pesquisa que dedicam atenção aos problemas aqui apresentados. Verificou-se com essa pesquisa que a educação do campo está intimamente relacionada com o conceito de desenvolvimento socioambiental dos assentamentos de reforma agrária.

Palavras-chave: MST. Educação do Campo. Desenvolvimento socioambiental

Abstract

This article is the result of a monograph that sought to reflect about the First Earth Course Pedagogy in the state of São Paulo, and its approach analyzes the relationship between the Field Education process and environmental development in the settlements in São Paulo and the possible contributions of educators Pedagogy of the Earth. The need to

¹Bolsista do PPGED- Programa de Pós –Graduação em Educação pela Universidade Federal de São Carlos, graduada pelo primeiro curso de Pedagogia da Terra no Estado de São Paulo, e militante do MST há oito anos, e membro do Grupo de Pesquisa de Comunidade e Movimentos Sociais. Contato: amandamst@yahoo.com.br

train educators in the areas of rural settlements occurs before the failure of public education policies for these areas. In this situation, further notes the problems surrounding the this situation, further notes the problems surrounding the environmental development of these settlements. The methodology consists of a literature review, collection and analysis of documents produced by the Movement of Landless Rural Workers (MST) and research and education institutions that devote attention to the problems presented here. It was found in this research that rural education is closely related to the concept of environmental development of agrarian reform settlements.

Key words: MST. Field Education. Environmental development

Introdução

A escolha deste tema se deu em função da importância dos Movimentos Sociais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, e de sua centralidade na nas ultimas duas décadas nos processos de lutas engendrados por estes protagonistas com o objetivo de democratizar o acesso a educação em suas diversas modalidades. Sendo que estes sujeitos sociais representam um projeto educativo para além da luta pela democratização do acesso a educação, mas realiza uma luta no sentido de recriar essa educação, por um modelo de educação que lhe seja próprio, coerente com princípios, com sua própria pedagogia gestada na luta social, por meio do qual prega um novo modelo de desenvolvimento e de organização da vida nos assentamentos rurais de reforma agrária.

Essa educação ocupa lugar na dimensão da vida humana dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, no sentido de realizar uma luta cultural simbólica, campo necessário a ser disputado para que se tenha uma transformação radical da sociedade, superando as relações de exploração do homem pelo homem e do homem sobre a natureza, o que pressupõe um modelo de socioeconômico e político que não se sustentem sobre a base do neoliberalismo, que desconsidera a Bandeira Reforma Agrária como um potencializador de um desenvolvimento econômico social e sustentável.

Esse contexto estimula a curiosidade epistemológica que visa à compreensão qual a relação existente hoje entre o processo de desenvolvimento dos assentamentos rurais de reforma agrária em São Paulo e o projeto de educação proposto pelo MST. Para que esse objetivo fosse atingindo, propus-me a analisar, neste trabalho, duas questões, sendo que a primeira delas diz respeito à concepção de educação do Movimento e a segunda ao modelo de desenvolvimento rural defendido pelo MST.

A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica e a coleta e análise de documentos produzidos pelos setores de Educação e Produção do MST, bem como por instituições que desenvolvem pesquisas nas áreas de assentamentos rurais. Os referenciais teóricos fundamentam-se nos conceitos de educação proposto por Brandão (1983), Freire (2001) e Caldart (2002) e as questão do desenvolvimento dos assentamentos rurais é problematizada com base nos estudos desenvolvidos por Scopinho (2003) e Carter (2010).

Os documentos produzidos e os debates realizados recentemente pelo MST reforçam a tese de que no processo de desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos de reforma agrária a educação é um elemento fundamental, pois é um caminho possível para fortalecer as estratégias de cooperação e o desenvolvimento de uma nova matriz produtiva. Neste sentido, o Movimento destaca a importância que a educação

ocupa no processo de desenvolvimento sustentável nas áreas de reforma agrária, sobretudo, no estado de São Paulo onde a agricultura é predominante empresarial e faz uso intenso dos recursos naturais, especialmente a terra e a água. Dessa forma, uma questão se coloca pertinente, em que sentido os educadores e educadoras do campo podem contribuir com o processo de desenvolvimento social, econômico e ambiental dos assentamentos rurais de reforma agrária no estado de São Paulo?

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Educação do Campo: Pedagogias em Movimento.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nasceu do processo de redemocratização política do país na década de 1980; o Movimento é fruto da organização dos trabalhadores do campo que, desde meados do século XX, lutam pelo acesso a terra e pela efetivação dos seus direitos sociais. Hoje o MST caracteriza-se como um movimento social de massas de caráter sindical, popular, político e revolucionário. Tendo uma abrangência nacional encontra-se organizado em 24 estados e tem como objetivo a realização da reforma agrária e a transformação da sociedade em uma perspectiva socialista. (MST, 2009, p. 12-13).

A história do MST pode ser dividida em períodos, em que os gritos de ordem expressam seu estágio de desenvolvimento e seu momento organizativo. O primeiro período se estende de 1979 a 1984, momento de gestação e nascimento do MST, quando, mesmo sob o regime militar, o Movimento amplia as ocupações de terras e estabelece formas massivas de luta para projetar-se enquanto movimento nacional; este momento foi marcado pelo grito de ordem "Terra para quem nela trabalha!". De 1985 à 1989, período de consolidação do MST, o grito de ordem era: "Sem Reforma Agrária não há Democracia!", nesse período, o Movimento segue com as ocupações de terra e pressiona o governo para que, de fato, se implemente uma política de reforma agrária no país.

A terceira fase se estende de 1990 aos dias atuais; este período pode ser definido como um momento de institucionalização do Movimento, quando o amadurecimento ideológico leva ao enfrentamento de classe; é também um período em que o Movimento amplia sua estrutura organizativa, como por exemplo, as cooperativas, as escolas, os centros de formação e pesquisa. Essa reorganização permite ao MST debater novas questões, tais como, gênero, cultura e agroecologia.

Podemos afirmar que a história da educação no MST foi gestada à medida que se desenvolveu o próprio processo de luta pelo acesso à terra, pois com o desenvolvimento dessa luta e a conseqüente instalação de vários acampamentos e assentamentos em todas as regiões do Brasil surgia também a necessidade de garantir a educação escolar para os filhos dos acampados e assentados. Desde sempre os trabalhadores rurais acreditam que a educação escolar é um caminho para que seus filhos não necessitem passar pelas mesmas dificuldades enfrentadas por eles ao longo de suas vidas.

Segundo Stédile (2005), as primeiras demandas de educação para os filhos dos trabalhadores Sem Terra surgiram no final do ano de 1980, no interior do acampamento Encruzilhada Natalino, um dos primeiros acampamentos organizados pelo MST na região Sul do país. Aprender a ler, a escrever, a fazer operações matemáticas eram necessidades que se apresentavam no cotidiano daqueles trabalhadores. Era uma demanda presente, sobretudo, no momento em que eles começavam a administrar seus lotes e a participar de alguma das formas de organização coletiva, como por exemplo, as cooperativas, associações, núcleos de produção, entre outras. A Educação de Jovens e Adultos (EJA)

também é uma experiência que marcou a história da educação no e do MST, pois muitos acampados que no passado não tiveram a oportunidade de estudar se entusiasmavam com a possibilidade de aprender os conteúdos fundamentais para que pudessem melhor cultivar sua terra, produzir e comercializar. O movimento pela EJA é uma herança do antigo Movimento de Educação de Base (MEB) que, no passado, esteve vinculado a Conferência Nacional do Bispos do Brasil (CNBB).

O MEB mais do que ter uma tese de que iria salvar o campo, assumiu como principal tarefa o seguinte: "nós temos que conscientizar os camponeses e ajudar a que eles se organizem, porque somente haverá uma reforma agrária se os próprios trabalhadores se mobilizarem para conquistá-la". Então, houve todo um período na década de 60 em que centenas de agentes de pastorais e militantes se engajaram no MEB e saíram por esses campos afora organizando sindicatos, organizando ligas e programas de alfabetização. (STEDILE, 1994, pp.310-311).

O método de educação popular desenvolvido pelo educador Paulo Freire também contribuiu para que as atividades da EJA fossem ampliadas. Baseado na chamada Pedagogia do Oprimido o objetivo desse método é não apenas alfabetizar, mas também fortalecer o movimento político dos trabalhadores.

As elaborações de Paulo Freire estão presentes na dinâmica educativa da Pedagogia do Movimento, além da pedagogia do oprimido os cursos de formação de educadores buscam aprofundar a maioria de suas bibliografias associadas às experiências em desenvolvimento do trabalho com os assentados, dessa maneira as práticas educativas que ocorrem no Movimento Sem Terra tem grande influência do pensamento desse filósofo Brasileiro. Cabe destacar que Freire foi um grande apoiador do MST.

A segunda fase que marca a organização do MST com relação à educação se estende de 1984 a 1989; nesse período houve um amadurecimento do Movimento, pois a educação passou a ser vista também como um direito dos trabalhadores. Assim, as antigas equipes de educação do Movimento deram lugar, em 1988, ao Setor de Educação do MST.

Quando a organização dos Sem Terra cria em sua estrutura um Setor de Educação, deixa para trás a concepção ingênua de que a luta pela terra é apenas pela conquista de um pedaço de chão para produzir. Fica claro que está em jogo a questão mais ampla da cidadania do trabalhador rural Sem Terra, que entre tantas coisas inclui também o direito à educação e à escola (MST, 2005, p.11).

Como desdobramento desse processo, em 1987 ocorreu na cidade de São Mateus, estado do Espírito Santo, o 1º Encontro Nacional de Professores de Assentamento. Este encontro fortaleceu e colocou novas questões sobre as demandas da educação nos assentamentos rurais. A partir desse momento, a forma de organização da luta pela educação, os métodos de aula e o desejo de se construir uma escola diferente passaram a ser debatido. Concomitantemente a estruturação do Setor de Educação, os militantes do MST continuaram a desenvolver, no interior dos acampamentos e assentamentos, experiências isoladas de alfabetização, tanto de crianças quanto de jovens e adultos.

Um terceiro período é definido como o da consolidação do Setor de Educação do Movimento. Nesta fase são colocadas duas questões fundamentais, sendo uma delas o combate ao analfabetismo e a outra a elaboração de uma proposta pedagógica própria do Movimento. Resultado dessas propostas forma-se, em 1990, as duas primeiras turmas do curso de magistério com formação específica para professores e professoras atuarem nas

escolas de assentamento. No ano seguinte, o Movimento obteve mais uma conquista, pois iniciou um curso de preparação de monitores para um projeto de alfabetização nos assentamentos Gaúchos. Esse curso foi desenvolvido em parceria com o Instituto Cultural São Francisco de Assis, com a Associação de Educação Católica, com o Ministério de Educação e Cultura (MEC) e o Instituto Carita.

Ainda em 1991, o MST publicou o Caderno de Formação nº 18, que tinha o objetivo de refletir sobre a seguinte questão: "O que queremos com as escolas de assentamento". Influenciado pelas idéias de Paulo Freire essa publicação é um dos documentos do MST que expressa a tentativa de sistematização da trajetória da educação do Movimento. Sua apresentação afirma que

[...] a história da educação no MST é uma caminhada feita de teimosia, às vezes juntos, às vezes cada um do seu jeito e com as condições de cada momento, reconhece que muitas experiências estão sendo desenvolvidas construindo um novo jeito de educar e um novo tipo de escola, enfim, muitas lições nos dão estes 10 anos de caminhada e convoca à todos a romper com a concepção de só ficar em sala de aula e ousar a organizar o Setor de Educação e romper com as cercas de mais um latifúndio: o latifúndio do analfabetismo e da educação burguesa, fazendo a Reforma Agrária também do saber e da cultura. (MST, 2005, p. 10).

A partir deste e de outros documentos, o Movimento evidencia que a educação da e para a classe trabalhadora tem uma função libertadora, seu compromisso deve ser, portanto, o da transformação social. Neste sentido, torna-se necessário atualizar sempre o debate sobre os métodos pedagógicos nas várias instâncias do Movimento; é preciso criar em cada acampamento e/ou assentamento um espaço de convivência e sociabilidade que gere o ser humano novo. Enfim, o objetivo da educação no MST é elevar o nível de consciência social, de conhecimento e cultura que liberte as pessoas da ignorância, dos preconceitos, da opressão e da exploração.

Os princípios do MST apontam para uma educação de classe, vinculado aos processos de formação de uma consciência revolucionária, tanto nos educandos quanto nos educadores, que seja elaborada a partir das necessidades dos trabalhadores, uma educação para o trabalho e para a cooperação, com o intuito de preparar lideranças e militantes, na perspectiva de uma revolução cultural. (MST, 1996, p.6). Nesta perspectiva, a década de 1990 trouxe novos desafios aos educadores do MST.

Em novembro de 1992 aconteceu a 1ª Oficina de Capacitação Pedagógica, na qual foi organizada a brigada nacional de educação que tinha como objetivo ampliar a alfabetização de Jovens e Adultos. Em 1993, o Movimento criou os chamados coletivos estaduais de educação que teve o papel de estudar e debater um texto elaborado pela brigada nacional. Nesses coletivos, foram debatidos, principalmente, as questões relativas à metodologia da alfabetização e organização de turmas de educandos.

No ano de 1994, aconteceu em Belo Horizonte o Curso Nacional de Pedagogia para professores de assentamento, este curso visava capacitar o coletivo de educação para aprofundar os fundamentos teóricos da proposta de educação do Movimento, atualizar as políticas educacionais em nível nacional, estreitar laços com as entidades simpáticas a proposta pedagógica do MST e produzir subsídios teóricos, bem como materiais didáticos.

Como acúmulo desses processos, em 1995 o MST criou em Veranópolis, região Nordeste do Rio Grande do Sul, o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa (ITERRA).

Um dos primeiros cursos oferecidos por esse Instituto foi o de técnico de Administração de Cooperativas. Em 1997, o MST realizou, em parceria com a Universidade de Brasília (UNB), com a Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura (UNESCO) e com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o primeiro Encontro Nacional de Educadores de Reforma Agrária (ENERA). O tema desse encontro foi "Escola, Terra e Dignidade". Neste ano também foi criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Ainda no ano de 1997, o MST realizou, no estado do Espírito Santo, a formatura de 47 professores de assentamento, tendo estes profissionais frequentado o Curso Alternativo de 2º grau com a habilitação específica para Magistério.

A partir dessas conquistas, o Setor de Educação Nacional, buscando garantir a formação de educadores para as áreas de assentamento, ampliou o seu leque de projetos e parcerias. Hoje, os cursos não se restringem mais a formação de professores para atuar na educação básica, mas se estendem também aos filhos de assentados que desejam ingressar em cursos superiores de graduação como os de Agronomia, Direito, Geografia, Letras e também em cursos técnicos de Agroecologia, Administração de cooperativas, e Saúde Comunitária.

Pedagogias em Movimento²

A trajetória do MST demonstra que a educação é uma ferramenta tão importante quanto a enxada e a foice. Nesse sentido, as experiências do Movimento acabaram por criar uma pedagogia própria, sua concepção de educação foi forjada na luta pelo direito ao conhecimento. Para o Movimento, o principal objetivo do processo educacional é a formação de um sujeito social. As ocupações de terra, de prédios públicos, a luta por créditos, marchas, congressos, cirandas-infantis, os encontros dos Sem Terrinhas são práticas pedagógicas educativas que educam para além da sala de aula, educam para a vida social. Na concepção do MST, estas experiências marcam os indivíduos e os transformam em sujeitos sociais.

Aprendemos que o processo de formação humana vivenciado pela coletividade Sem Terra em luta é a grande matriz para pensar uma educação centrada no desenvolvimento humano e, preocupada com a formação de sujeitos da transformação social e da luta por dignidade, justiça e felicidade. Buscamos refletir sobre o conjunto das práticas que fazem o dia-a-dia dos Sem Terras, e extrair lições de pedagogia que permitam qualificar nossa intencionalidade educativa junto a um número cada vez maior de pessoas. A isso temos chamado de Pedagogia do Movimento. (MST, 2005, p.233).

Esta concepção pedagógica dá vida a várias pedagogias ao mesmo tempo, tais como, à Pedagogia da Luta Social, a Pedagogia da Organização Coletiva, a Pedagogia da

² É possível encontrar maior aprofundamento sobre o tema na obra de Roseli Caldart, Pedagogia do Movimento Sem Terra (2008), Nas cartilhas editadas pelo MST e no Dossiê MST e a escola, Caderno de Educação nº13 (2005).

Terra, a Pedagogia do Trabalho e da Produção, a Pedagogia da Cultura, a Pedagogia da Escolha, a Pedagogia da História, a Pedagogia da Alternância, entre outras.

Isto não quer dizer que o MST tenha inventado uma nova pedagogia, mas ao tentar produzir uma educação mais próxima das necessidades do Movimento, os participantes criaram uma nova maneira de lidar com as matrizes pedagógicas ou com as pedagogias já construídas ao longo da história da humanidade. Em vez de assumir e se filiar a uma delas, o MST acaba colocando todas elas em movimento, e deixando que cada situação educativa se encarregue de mostrar quais precisam ser enfatizadas, num momento ou outro (MST, 2004, p.6).

Os espaços privilegiados para essas práticas pedagógicas são as áreas de acampamento e assentamento, pois nessas áreas podemos pensar outro modelo de desenvolvimento do campo, um modelo que seja capaz de estabelecer novas relações sociais, imprimir valores que possam romper com os individualismos produzidos e reproduzidos pelo sistema capitalista. Embora todas as dimensões da Pedagogia em Movimento sejam importantes, destacamos, em primeiro lugar, a questão da Pedagogia da Terra, uma vez que ela concebe o ser humano como parte da natureza. Esta pedagogia busca manter uma ligação mais estreita entre as atividades do trabalho humano e os recursos da natureza. Neste tipo de relação, o manejo com a terra exige paciência, planejamento, dedicação e observação da realidade. Esta é uma prática que estimula a persistência e a criatividade dos homens, das mulheres e também das crianças.

Somada à dimensão da Pedagogia da Terra temos a Pedagogia do Trabalho e da Produção que, além de valorizar o trabalho, busca também estabelecer novas relações de produção e de divisão dos resultados. A Pedagogia da Escolha visa construir sujeitos conscientes de suas responsabilidades e decisões. Essa pedagogia reconhece que as pessoas podem se educar, de fato, quando fazem o exercício de decidir e refletir. Essa prática possibilita que o sujeito domine impulsos, influências e seja coerente em suas ações.

A Pedagogia da História compreende que o papel do sujeito não se restringe a resgatar acontecimentos passados, mas sim o de fazer parte como agente ativo dos processos históricos que são sempre transitórios. Nessa concepção, a memória coletiva é um meio para fortalecer a identidade. Aqui podemos citar, como exemplo, a prática da mística desenvolvida nas atividades do MST; através dela é possível visualizar o passado e projetar valores e objetivos a serem atingidos coletivamente.

A Pedagogia da Alternância é uma prática que busca a troca de conhecimentos e o fortalecimento dos laços entre os educandos e a comunidade em que estes estão inseridos. Esta concepção pedagógica funciona em dois tempos, o chamado tempo escola e o tempo comunidade. O primeiro momento é o espaço das aulas teóricas e práticas em ambiente escolar, formal. Nestes espaços os educandos vivenciam a auto-organização, a capacidade de avaliação e também levantam questionamentos sobre seus valores. Já o tempo comunidade é o momento em que os educandos desenvolvem as práticas de pesquisas com o olhar voltado para sua realidade; nessa etapa ele é acompanhado por um responsável político-pedagógico da comunidade.

Estas pedagogias articulam-se de diversas formas em cada espaço do MST. O importante é que elas possam se adaptar a cada situação de acordo com as necessidades dos sujeitos envolvidos. É certo que tal processo não ocorre sem contradições, pois ele exige a participação de diferentes sujeitos. Na visão de Caldart (2006), a concepção pedagógica gestada pelo Movimento choca-se com “[...] os valores da ordem, da propriedade e também como nosso imaginário cultural” (p.13).

Diante desse contexto, nas duas últimas décadas gestou-se no interior dos movimentos sociais do campo, sobretudo, do MST um projeto educativo, a Educação do

Campo. Tal projeto fundamenta-se nas experiências cotidianas desses movimentos e assim busca fortalecer as identidades dos seus integrantes. A proposta educacional dos movimentos sociais do campo visa superar, sobretudo, as demandas históricas e a estigmatização sofrida pelos sujeitos do campo. Neste sentido, há uma preocupação com a formação de educadores e educadoras comprometidos com a realidade desses sujeitos. A história da escola do campo está, portanto, relacionada à luta pela reforma agrária. Kolling et al. (1999) definem a escola do campo nos seguintes termos.

Entende-se por *escola do campo* aquela que trabalha desde os interesses, a política, a cultura a economia de diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas suas diversas formas de trabalho e de organização, na sua dimensão de permanente processo, produzindo valores, conhecimentos e tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário dessa população. A identificação política e a inserção geográfica na própria realidade cultural do campo são condições fundamentais de sua implementação. (p.63) [grifo dos autores].

A escola do campo não significa a escola que se localiza no espaço rural, pois historicamente no Brasil, as escolas rurais são caracterizadas como resíduo do sistema educacional, geralmente este tipo de escola não tem infraestrutura adequada, as salas de aula são multisseriadas, abrangendo as séries iniciais e com uma grande rotatividade no seu quadro de professores. As linhas pedagógicas adotadas também não refletem a realidade do campo, portanto, não contribuem para o fortalecimento da identidade do trabalhador rural.

Geralmente, o modelo seguido nessas escolas é o modelo das escolas urbanas que são administradas, financeira e pedagogicamente, pelos poderes públicos municipal ou estadual. Rezende (2010) destaca que nas escolas rurais a divisão entre cidade e campo é mantida, sendo que nesta perspectiva a cidade é vista como o lugar do desenvolvimento e do progresso, já o campo é o lugar do atraso. Para romper com essa visão, a autora considera fundamental que nas escolas do campo o currículo seja organizado democraticamente por todos os sujeitos envolvidos.

Um projeto de educação do campo pressupõe, portanto, não apenas o acesso a sala de aula, mas, principalmente, a construção de um processo dialógico entre educandos, educadores, lideranças dos movimentos sociais e a comunidade de um modo geral. Neste processo, a escola deve ser concebida como um espaço da comunidade e não como uma instituição estranha a ela. (KOLLING et al., 1999).

Finalmente cabe dizer que o projeto de escola do campo formulado pelo MST tem como legado a Educação Popular, ou seja, este projeto ancora-se nos princípios e práticas pedagógicas formuladas, sobretudo, nas décadas de 1960 e 1970 pelo educador brasileiro Paulo Freire. Embora sejam aplicadas em contextos diferentes, suas experiências ainda inspiram a reinvenção de muitas práticas educativas do Movimento. O legado freireano é um instrumento importante na construção do projeto educativo do MST, pois, conforme aponta Brandão (2006, p.101), “[...] a educação popular possui um sentido humano de formação, além disso, essa corrente também é capaz de se reproduzir enquanto movimento pedagógico”.

O projeto de escola formulado pelo MST tem por objetivo fazer germinar uma nova cultura escolar para a realidade do campo, em que se pensa a educação em uma perspectiva de classe, pensando a escola em suas diferentes modalidades e estando

localizadas nas áreas de assentamentos ou nos acampamentos. Nesse sentido, a relação educando e educador tem papel fundamental, nessa relação se materializa a prática social do educador, que esta integrada o Movimento e tem sua experiência significada no campo, é em decorrência dessa relação que o MST dá ênfase que seja garantido que em suas escolas trabalhem educadores e educadoras parceiros da luta pela terra. (BELTRAME e PUHL, 2009, p.92).

Entre avanços e retrocessos o MST gestou, ao longo de sua trajetória enquanto movimento social, um projeto educativo para as áreas de assentamentos rurais no Brasil. Atualmente este projeto encontra-se fortemente vinculado a uma estratégia de desenvolvimento para o campo brasileiro. Sob o olhar dos setores populares, tal projeto busca responder aos interesses não apenas das populações rurais, mas também daqueles que vivem nas regiões mais urbanizadas do país. (KOLLING, et al., 1998, p.55). Na sequência, apresentaremos um dos principais programas de educação construído a partir das lutas políticas empreendidas pelo MST e outros movimentos sociais do campo.

PRONERA: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

O PRONERA foi oficializado como programa educacional pelo governo federal em abril de 1998, todavia ele é resultado das lutas realizadas pelos movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores rurais desde os anos de 1980. Atualmente este programa se dá como uma política pública promovida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em parceria com os movimentos sociais e sindicatos rurais. Seu objetivo é ampliar os níveis de escolarização formal dos assentados da reforma agrária nas diferentes regiões do país, abrange as diversas modalidades de ensino, desde a educação básica, técnicos profissionalizantes de nível médio e também dos cursos superiores.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária é uma política pública de educação do campo desenvolvida nas áreas de reforma agrária, executada pelo governo brasileiro. Seu objetivo é fortalecer o mundo rural como território de vida em todas as suas dimensões: econômica, social, ambiental, política, cultural e ética (BRASIL, 2004, p.11).

O PRONERA nasceu da necessidade de superação dos altos índices de analfabetismo existentes nos assentamentos de reforma agrária³. Diante desse quadro, o MST e outros movimentos sociais passaram a reivindicar a ampliação e melhoria na qualidade da educação voltada aos trabalhadores do campo. No fundo, o Setor de Educação do MST já vinha discutindo a necessidade de se oferecer uma educação para os assentados a partir de uma perspectiva que pudesse vincular a formação desses trabalhadores com um projeto de desenvolvimento dos assentamentos rurais. Além desse

Até 2003, este programa havia apoiado mais de 150 projetos nos assentamentos rurais de reforma agrária em todo o Brasil. Contabilizava ainda parcerias com 55 universidades públicas federais e estaduais.

De acordo com o I Censo da Reforma Agrária no Brasil, esse índice era de 70% em alguns estados, sendo que a média nacional registrava um índice de 43%. contexto, o PRONERA é fruto da expansão do número de assentamentos em todo o país, pois, as famílias assentadas demandam, além dos recursos para produção agropecuária, recursos para a implantação de escolas, postos de saúde, espaços de lazer e cultura dentro dos assentamentos.

No Estado de São Paulo, o PRONERA é o principal programa que garante recursos para a realização dos cursos de alfabetização de jovens e adultos, dos cursos de técnico em Agroecologia, e também para os cursos superiores de Agronomia, Geografia e

Pedagogia da Terra. Neste sentido, o PRONERA simboliza um avanço da reforma agrária no estado de São Paulo, pois além de garantir o acesso dos assentados e assentadas ao ensino fundamental, permite também que as universidades públicas criem projetos de educação superior para os sujeitos beneficiários da reforma agrária, sujeitos estes que até um passado recente encontravam-se excluídos do universo acadêmico e das demais modalidades de ensino.

Apesar dos avanços obtidos por meio do PRONERA, cabe ressaltar que durante o desenvolvimento do curso de Pedagogia da Terra na UFSCar, os educandos e educandas passaram por algumas dificuldades que merecem uma reflexão. Acreditamos que os principais problemas enfrentados pelos discentes desse curso estão relacionados tanto a dinâmica organizativa da universidade quanto ao modo de organização das demais instituições parceiras. Na realidade o projeto estava sob a coordenação dessas instituições e isso acabou interferindo na forma de aplicação das propostas metodológicas. Durante o desenvolvimento do curso, houve um choque, um estranhamento entre a burocracia acadêmica e a dinâmica educativa posta em prática pelo MST e isso fez com que alguns movimentos sociais acabassem impossibilitados de acompanhar o processo de discussão e desenvolvimento do projeto. Acreditamos que tanto o MST quanto os demais movimentos sociais do campo devam ser reconhecidos como atores sociais, ou seja, os movimentos sociais devem participar efetivamente de todas as fases do processo.

Outra dificuldade se refere à gestão financeira dos recursos destinados ao projeto. O sistema de acesso a estes recursos ainda é bastante burocrático e isso inviabilizou a realização de certas atividades, tais como, trabalho de campo e até mesmo a aquisição de certos materiais. Houve também certo atraso na liberação dos recursos. É importante destacar aqui que essas dificuldades estão relacionadas, sobretudo, à luta do MST pela ampliação da abrangência do PRONERA, isto é, pela sua institucionalização enquanto política pública; isto reflete no modo de elaboração, execução e controle dos projetos de educação.

Ao Movimento ao se relacionar com a universidade por meio do curso de Pedagogia da Terra, aparecem choques com a estrutura organizativa do Movimento e da Universidade, que em muitos momentos são contraditórias, aparecem conflitos de alojamento, acomodação dos estudantes, pois a estrutura da universidade é insuficiente para o atendimento destes. A utilização da Biblioteca, do restaurante universitário, a aceitação dos filhos das mães Sem Terra, tudo isso gera um estranhamento no ambiente universitário, pois destoam do padrão estabelecido na cultura universitária. O que se caracteriza como processo de luta também, de natureza cultural simbólico, e vai trabalhando na perspectiva da pedagogia da luta social, contribuindo no processo de formação da consciência dos indivíduos envolvidos no processo.

E a própria oposição de alguns setores da Universidade que, buscando manter a tradição elitista da universidade, eram contra a implantação dessa modalidade de curso, o que foi sendo construída por iniciativas e lutas daqueles professores e departamentos que simpatizavam com a proposta e tinham clareza da importância desse curso para o processo de democratização do acesso ao ensino superior para a população assentada, na perspectiva de contribuir com o projeto de desenvolvimento para o campo.

Esse embate ocorre porque o curso rompe a lógica formal dos cursos convencionais, ele possui em sua estrutura a pedagogia da luta social, o elemento que caracteriza a educação do campo, nessa condição, as conquistas que vieram ocorreram mediante aos choques entre universidade e movimentos sociais.

Para nós, tal situação é resultado da luta e dos avanços conquistados pelo MST; muitos dos impasses são conseqüência da pressão popular exercida pelo Movimento, ou

seja, da luta política travada em sua relação com o Estado. Quando o MST intensifica sua luta pelo fortalecimento do PRONERA, ele amplia seu diálogo com o Estado e isso faz com que o Movimento também tenha que desenvolver estratégias de trabalho com a burocracia estatal. Esta estratégia tem dado resultado, pois conforme apontam Carter e Carvalho (2010, p.297):

Os recursos destinados ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e suas parcerias com universidades e escolas técnicas passaram de uma média anual de dez milhões de reais antes de 2003 a uma de 35,4 milhões nos quatro anos seguintes.

Mesmo diante dessas conquistas, no ano de 2008, o Tribunal de Contas da União (TCU) impediu o INCRA de celebrar convênios com as secretarias estaduais e municipais de educação e também com entidades privadas. Essa decisão impediu que mais de quarenta projetos, já aprovados, fossem executados. Em sua maioria esses projetos eram de cursos de alfabetização e escolarização básica de jovens e adultos. Essa situação trouxe um grande ônus para os assentados, pois cerca de dez mil jovens e adultos tiveram que esperar dois anos para ter direito a ingressar num processo formal de educação. Cabe destacar ainda que a decisão do TCU impediu que os movimentos sociais do campo executassem os projetos. Acreditamos que tal decisão foi tomada para inviabilizar a implementação da proposta política pedagógica do MST, pois sua proposta tem grande influência na formação de quadros para a transformação social que são a base da estrutura organizativa do próprio Movimento.

Apesar desses obstáculos, os movimentos sociais do campo, juntamente com as universidades públicas e demais instituições parceiras conseguiram se articular e juntos pressionaram o governo que, por meio do Decreto nº 7.352 de novembro de 2010, oficializou o PRONERA como um programa de educação do campo³. De acordo com um dos artigos do mencionado decreto:

Art. 11º. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, executado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, nos termos do art. 33 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, integra a política de educação do campo.

Apesar de fazer referência a parcerias na execução dos seus projetos, o decreto de oficialização do PRONERA não deixa clara a forma de participação dos movimentos sociais, sendo que a gestão do programa é exclusividade do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portanto, futuramente os movimentos sociais, em especial o MST poderão enfrentar dificuldades para participar efetivamente dos projetos de educação criados a partir do PRONERA. Desse modo, a participação social vai depender da capacidade de organização, articulação e pressão dos movimentos sociais. Esta é uma típica situação de

³ Inclusive os estudantes dos cursos, Pedagogia da Terra, Geografia, Agronomia, técnico em Agroecologia do estado de São Paulo, participantes dos cursos financiados pelo PRONERA participaram da jornada de lutas. Essa jornada teve principalmente por objetivo realizar uma pressão para liberação dos recursos para viabilização das etapas dos cursos que se encontravam em atraso em decorrência da demora do repasse do recurso

disputa política entre as organizações da sociedade civil e as instituições do Estado sobre as diferentes concepções acerca da educação do campo.

Em entrevista ao jornal do MST, Clarisse dos Santos afirma que é necessário que o Estado brasileiro compreenda a importância da participação dos assentados e dos movimentos sociais nos programas de educação, pois essa postura também é um exercício de democracia.

Portanto, para que o PRONERA se consolide como um amplo programa de educação é fundamental que o mesmo incorpore a participação dos movimentos sociais, absorva as experiências criadas por esses movimentos, pois elas dinamizam os processos. Inclusive os estudantes dos cursos, Pedagogia da Terra, Geografia, Agronomia e Técnico em Agroecologia, financiados pelo PRONERA participaram das jornadas de luta pela educação no MST, o que se configurou como um processo educativo para os sujeitos envolvidos no contexto dessa luta.

O diferencial dos projetos do PRONERA é exatamente a riqueza existente nas práticas pedagógicas criadas pelos movimentos sociais do campo, pois como afirma Caldart (2008), a raiz da Educação do Campo é o próprio movimento histórico do campo. Portanto, se torna pertinente a ampliação desse programa, no Estado de São Paulo foi demonstrado a importância da formação de profissionais para atuarem no campo e nos espaços dos movimentos sociais qualificando sua prática, portanto há a necessidade de ampliação da experiência como o curso de Pedagogia da Terra, mas vislumbrando a perspectiva de formação em outras áreas do conhecimento e no suporte de apoio a políticas que não chegam aos assentamentos como Alfabetização de Jovens e Adultos, de Cursos técnicos –profissionais nas áreas econômicas e da produção e agroindústria.

E nesse movimento em interação entre o universo universitário e os movimentos sociais ocorre uma troca no sentido de trazer ao universo acadêmico um novo campo de produção de conhecimento, se atendo a problemas de repercussão nacional que estão presentes nas áreas rurais, contribuindo no processo de produção do conhecimento num campo de pesquisa pouco explorado, relacionando temas pertinentes para a elaboração de políticas públicas eficientes para o espaço rural e que articula a tríade ensino, pesquisa e extensão enquanto um compromisso social.

Panorama da educação nos assentamentos de Reforma Agrária no Estado de São Paulo.

De um modo geral, o acesso à educação e cultura nas áreas de assentamentos rurais no Brasil é prejudicado pela falta de infraestrutura material e por falta de recursos humanos. Sobre essa situação, Andrade e Di Pierro (2003, p. 3) comentam que:

Nos assentamentos da Reforma Agrária espalhados por todo o Brasil vivem hoje mais de quinhentas mil famílias que demandam a efetivação do direito constitucional a uma educação básica que atenda suas necessidades para alavancar o desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades de modo sustentável.

Na visão desses autores, tanto a educação escolar, quanto a não escolar ocupam um papel importante no processo de desenvolvimento dos assentamentos rurais. Assim, a situação de precariedade traz várias conseqüências para a formação dos educandos do

campo. Um dos principais problemas enfrentados por esses alunos é o transporte escolar, pois na maioria dos casos, os alunos são obrigados a se deslocar do assentamento para a cidade a fim de freqüentarem aulas nas escolas urbanas. Nessas escolas, ainda é muito comum encontrarmos relatos de alunos que sofrem preconceitos por morarem num assentamento de reforma agrária. Na visão de muitos moradores da cidade, o assentamento é considerado um lugar de atraso e em alguns casos os assentados e seus filhos são chamados de Jeca-tatu, Pé-vermelho e Sem Terra, entre outras denominações pejorativas.

Este quadro revela que ainda há um longo caminho a percorrer para que o preconceito contra os camponeses seja superado em nossa sociedade. No estado de São Paulo, embora existam situações dessa natureza, podemos observar algumas práticas pedagógicas interessantes, pois estas são construídas a partir da ótica dos trabalhadores assentados que residem nos assentamentos. Experiências educativas positivas que foram desenvolvidas nas áreas de assentamentos na região do Pontal do Paranapanema, Campinas, Vale do Paraíba, Iaras, Itapeva, Sorocaba, Ribeirão Preto, Andradina e na região da Grande São Paulo. Nessas áreas existiram vários projetos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), que estavam vinculadas ao programa Brasil Alfabetizado. Além da EJA, existem ainda projetos consolidados de Ciranda infantil, tanto as itinerantes quanto as permanentes; nesse estado também ocorrem anualmente os encontros dos Sem Terrinhas, que cumprem a importância de politizar as ações educativas que envolvem a infância.

Destacamos ainda os cursos de formação de militantes organizados pelo Movimento e os cursos voltados à produção agropecuária, estes organizados a partir de parcerias com ITESP, INCRA e SENAR. Além de vários Centros de Formação, o MST também mantém a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), localizada em Guararema, região Metropolitana de São Paulo. Esta escola foi inaugurada em 2005 e nelas são realizados cursos formais e informais voltados para a produção, comércio e gestão dos acampamentos e assentamentos. Segundo estimativas do MST já passaram pelas suas salas de aula cerca de 3500 estudantes. Além desses cursos, o Movimento também estimula a ida de muitos educandos para fora do país para que estes freqüentem cursos superiores nas áreas da medicina e das ciências agrárias.

Dessa maneira, existem experiências educativas muito interessantes nos assentamentos de Reforma Agrária e nos espaços de inserção do MST, o que se faz necessário e potencializar essas experiências, valorizá-las numa perspectiva estratégica orçamentária, que é justamente onde se coloca o problema para sua continuidade dessas experiências, se apresenta na dificuldade de viabilidade econômica, no sentido de auto-gestão financeira, haja visto que são iniciativas do próprio movimento que visam superação de problemas sociais históricos que envolvem o estado e a sociedade civil organizada. Portanto, essas experiências devem ser subsidiadas pelo estado, em que o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), deveriam gerir, mas sob um modelo de gestão horizontal e democrática envolvendo os Movimentos Sociais e a população assentada, considerando o interesse e o contexto desses sujeitos, não se limitando a políticas verticalizadas, aplicadas de cima para baixo, que desconsideram as experiências e conhecimentos dos assentados e dos movimentos sociais.

Ensino superior para população assentada no Estado de São Paulo

Durante muitos anos, os militantes do MST no estado de São Paulo tinham que se deslocar para outros estados para que pudessem fazer cursos técnicos de Magistério, Saúde e os

cursos para Administração de Cooperativas. No entanto, devido às dificuldades enfrentadas, o Movimento compreendeu que era preciso ampliar o acesso a educação superior também em São Paulo, pois esta era uma condição indispensável ao processo de desenvolvimento dos assentamentos rurais no estado. Importante destacar também que São Paulo é um pólo de educação superior e aqui estão instaladas as melhores universidades do país, entre elas a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade de Campinas (UNICAMP), a Universidade Estadual Paulista (UNESP) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Estas instituições têm um importante papel, pois elas podem com pesquisas e programas de extensão para o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos rurais implantados neste estado. Conforme aponta um pesquisador de uma dessas universidades.

Existe uma urgência de investimentos na interpretação e produção de conhecimento desde um modelo alternativo de agricultura e de outros processos de trabalho que com ela se combinem. Um passo importante é reconhecermos a necessidade da escola *no campo* e *do campo*. (FERNANDES et al., 2004, p. 33) [grifo dos autores].

Neste sentido, o Movimento procurou ampliar a luta pelo acesso e permanência de seus integrantes ao ensino superior em São Paulo. Atuando em parceria com a UFSCar e a UNESP, o MST desenvolve atualmente três cursos de graduação, sendo um deles o de Pedagogia da Terra, outro de Agronomia com ênfase em Agroecologia e o terceiro de Geografia. Além do empenho do próprio Movimento, esses cursos também resultam do esforço de vários pesquisadores comprometidos com a democratização do acesso ao ensino superior em nosso país. A logística e os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento dos referidos cursos são garantidos pelo PRONERA.

Em São Paulo, o primeiro curso superior direcionado aos trabalhadores rurais Sem Terra foi o curso especial em Geografia Agrária, desenvolvido pela UNESP no *campus* de Presidente Prudente. Tal curso previa uma carga horária de 3.605 horas/aula, divididas em dez etapas que foram cumpridas num prazo máximo de 5 anos. Este curso visava formar professores com habilitação em geografia e também profissionais para atuarem na elaboração de projetos de desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária existentes nas diferentes regiões do estado. Um dos objetivos do curso de geografia organizado pela UNESP e fazer com que os trabalhadores reflitam sobre o processo de organização do espaço rural brasileiro; este curso também busca debater importantes conceitos geográficos, dentre os quais os conceitos de território e de território rural.

Tanto os cursos superiores quanto os de nível médio oferecidos pelo PRONERA em São Paulo são baseados na Pedagogia da Alternância, ou seja, suas etapas são divididas entre tempo escola e tempo comunidade.

Além dos cursos superiores, o MST em parceria com o colégio técnico da UNICAMP (COTUCA), concluiu recentemente um curso de nível médio em Agroecologia. Os recursos financeiros para a realização desse curso também vieram do PRONERA.

O curso especial de licenciatura plena em Pedagogia da Terra, turma Helenira Resende, um dos cursos desenvolvido com base nessa metodologia de ensino. A denominação de Pedagogia da Terra demarca o pertencimento dos trabalhadores ao movimento Sem Terra, ou seja, à especificidade política e cultural desse movimento.

Este curso possui uma diferença em relação aos cursos convencionais de Pedagogia, pois ele está ancorado nos referenciais político-pedagógicos do MST. De acordo com Caldart (2004):

Quando os estudantes do MST passaram a se chamar de pedagogos e pedagogas da terra, estavam demarcando e declarando este pertencimento: antes de universitários somos sem-terra, temos a marca da terra e da luta que nos fez chegar até aqui. (p.25).

Essa denominação representa, portanto a afirmação da identidade Sem Terra enquanto classe trabalhadora. É a afirmação de uma prática pedagógica construída nas vivências e experiências dos trabalhadores rurais das diferentes regiões do Brasil. Nesse sentido, ela é a expressão de uma força educativa manifestada pela cultura dos sujeitos que integram esse movimento. Atualmente várias instituições reconhecem esse nome e buscam estabelecer parcerias com os movimentos sociais, pois a Pedagogia da Terra compreende uma dimensão educativa na qual a terra e seus recursos naturais não são vistos como simples mercadoria.

No estado de São Paulo, a primeira turma de licenciatura plena em Pedagogia da Terra é formada por assentados e assentadas dos seguintes movimentos sociais do campo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo (OMAQUESP), Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP) e Federação da Agricultura Familiar (FAF).

As articulações para a concretização deste curso começaram no ano de 2006 a partir da formação de uma comissão composta por representantes desses movimentos sociais junto com representantes da Superintendência do INCRA em São Paulo. Inicialmente esta comissão estabeleceu um diálogo com a Pró-Reitoria de graduação da UFSCar para apresentar as diretrizes do projeto político pedagógico do referido curso. Enquanto aguardavam o parecer da Pró-Reitoria, a comissão organizou, em maio do mesmo ano o seminário *Universidade e Reforma Agrária: construindo uma proposta de formação para os assentados*. Neste evento estiveram presentes representantes dos movimentos sociais envolvidos, docentes e discentes da UFSCar, representantes do INCRA e do PRONERA.

Nesta ocasião foram criados dois grupos de trabalho para ampliar as propostas que haviam sido inicialmente discutidas pela comissão. Em 25 de novembro de 2006 foi realizado o vestibular especial para ingresso no curso de Pedagogia da Terra. Nesse primeiro concurso foram aprovados sessenta candidatos. Em janeiro de 2008, os aprovados foram recepcionados numa aula inaugural realizada no Centro de Educação e Ciências Humanas da UFSCar.

Conforme relatório elaborado pelos discentes, um dos objetivos desse curso é formar professores de ensino fundamental para atuarem nas escolas de assentamento, comunidades rurais, nas coordenações político-pedagógicas dos cursos formais, ou seja, formar profissionais com capacidade para desenvolver projetos pedagógicos tanto no âmbito formal quanto informal (Relatório da turma de Pedagogia da Terra, p.1). Dentre as especificidades desse curso destacamos a realização das chamadas Oficinas de Capacitação Pedagógica (OCAPs). Estas oficinas funcionam da seguinte forma. Durante uma semana da quarta e sexta etapas do tempo escola, os educandos realizam atividades práticas com o objetivo de debater os conceitos teóricos e discutir sobre as metodologias apresentadas em sala de aula. A dinâmica dessas oficinas facilita a articulação entre a teoria e a prática pedagógica. As OCAPs são estratégias importantes, pois elas preparam os educandos para que os mesmos realizem os estágios em suas respectivas comunidade.

Foi como participante de uma dessas oficinas que percebi a importância do papel da educação no processo de desenvolvimento social, econômico e ambiental dos assentamentos de reforma agrária. Nesta oficina, os educandos puderam perceber, a partir

dos relatos da diretora da escola, os desafios existentes no processo de implantação de um projeto de educação do campo.

E esse contato para além das aulas em sala, das atividades conceituais que contribuem num modelo educativo em que considere os problemas sociais do campo como objetos de estudo, e que valoriza a relação entre teoria e prática e pratica teoria em sua dinâmica dialética. As atividades teóricas conceituais são importantes, quando vinculadas a uma realidade social que precisa ser desvelada, que, por conseguinte impulsiona a elaboração de conhecimentos que possam apontar possíveis superações, ou mesmo realizar uma problematização sobre temas relacionados e pertinentes a comunidade acadêmica e aos assentamentos e Movimentos sociais.

Considerações Finais

A história do MST demonstra que, se nos anos de 1980, o objetivo era desconcentrar a posse da terra, hoje a luta extrapola tal pretensão, uma vez que o MST entende que a conquista de um lote de terra não é suficiente para que os trabalhadores do campo e seus filhos obtenham condições dignas de vida. Neste aspecto, vimos que o acesso à educação tornou-se uma das principais bandeiras de luta para o Movimento. Passadas mais de duas décadas de luta, podemos, portanto, afirmar que o MST conseguiu construir um projeto de educação para os trabalhadores do campo.

Este projeto rompe com as antigas concepções de educação rural, onde os camponeses são vistos como incapacitados para construir projetos e até mesmo para decidir sobre suas vidas. Como vimos, a educação do campo proposta pelo MST visa à construção de um novo sujeito social, isto é, um ser humano livre e que tenha respeito pelo outro e também pela natureza, pois ela é fonte de recursos indispensáveis a manutenção à vida.

Como procuramos evidenciar, grande parte das conquistas na área de educação se traduzem nos projetos criados e sustentados por meio do PRONERA e também através das parcerias com outras instituições públicas de ensino e pesquisa. Entretanto, o Movimento tem procurado refletir sobre os limites apresentados por esses processos, sobretudo quando se trata de discutir a gestão dos projetos de educação. Dado as particularidades da educação no estado de São Paulo este parece ser um dos principais desafios a ser enfrentado nos próximos anos pelos atores envolvidos nesses projetos.

Considerando esse contexto e o atual nível de desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos de reforma agrária em São Paulo é que nos perguntamos quais as possíveis contribuições que os Pedagogos e Pedagogas da Terra podem mudar para que o processo de desenvolvimento desses assentamentos avance na perspectiva da sustentabilidade socioambiental

A luta empreendida pelo MST em favor da reforma agrária acabou por extrapolar a questão do acesso a terra. Nesse sentido o Movimento, a partir de mobilizações na região Sul do Brasil, passou a exigir também outros direitos sociais para os trabalhadores do campo, em especial o direito ao acesso a educação pública. Este processo foi marcado por avanços e retrocessos, no entanto, o saldo é positivo para MST, pois nessa luta o Movimento conseguiu construir uma concepção própria de educação sendo que a mesma encontra-se hoje apoiada na chamada Pedagogia da Luta Social.

Considerando os avanços obtidos a partir do PRONERA, nos parece que um dos desafios a ser enfrentado pelo Movimento nos próximos anos é o de lutar para que a gestão desse programa não seja excessivamente burocratizada pelas instituições governamentais,

pois isso pode trazer dificuldades para os movimentos sociais do campo, sobretudo para o MST que tem uma proposta clara de educação e desenvolvimento para os assentamentos rurais de reforma agrária. A julgar pela conjuntura política brasileira dos últimos anos, nos parece que o campo de ação dos pedagogos da terra deverá ser marcado por contradições e grandes enfrentamentos.

Nessa caminhada eles terão necessariamente que voltar seus olhos para as especificidades de cada situação, ou seja, considerar as dificuldades, os dilemas vivenciados cotidianamente pelos acampados e assentados da reforma agrária. Agindo dessa maneira, esses profissionais conseguiram trabalhar a educação e o desenvolvimento dos assentamentos de forma articulada, fortalecendo, portanto a participação dos trabalhadores rurais. Há os que se perguntam se a Educação do Campo de fato existe, este trabalho trouxe experiências educativas, tanto em âmbito escolar e não escolar no estado de São Paulo, que são frutos da Educação do Campo, é possível afirmar que os cursos de Pedagogia da Terra, Agronomia e Geografia, assim como as escolas, a E.J.A, as cirandas-infantis são a materialidade da Educação do Campo.

O elemento que fundamenta a Educação do Campo é a pedagogia da luta social, formadora da consciência de classe, que se delineiam em práticas pedagógicas nos processos de luta para que os direitos dos trabalhadores saiam do âmbito formal e se materializem. Os movimentos sociais populares do campo que, nas suas lutas propõem-se romper com séculos de políticas de expropriação/proletarização e dominação do campesinato brasileiro, inserem a educação do campo em um projeto popular de sociedade (RIBEIRO, 2010, p.189).

Por fim, ressaltamos que sem um desenvolvimento socioeconômico sustentável dos assentamentos de reforma agrária no Brasil, especialmente no Estado de São Paulo, não haverá educação do campo, daí decorre a importância de se vincular hoje a perspectiva política pedagógica construída pelo MST a um modelo de desenvolvimento socioambiental que seja, de fato, ecologicamente sustentável, economicamente viável e socialmente justo.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, M.R, Di PIERRO. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária em perspectiva: Dados Básicos para uma Avaliação.** [2003].Disponível em:<www.acaoeducativa.org/downloads/ensaiointrodutorio.pdf acesso em 21 de julho de 2010>.

BELTRAME. S, PUHL. Escola Itinerante do MST: O Movimento da Escola na Educação do Campo. **Caderno da Escola Itinerante-MST: pesquisas sobre A escola Itinerante: Refletindo o Movimento da Escola.**Ano II.nº 3.Abril de 2009.

BRANDÃO. C. R. **O que é educação.** 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRASIL. **Decreto 7.352/2010, Pronera:** Dispõe sobre a educação do campo. Disponível em:<www.educacao.pr.gov.br/arquivos/.../Decretos/decreto73522010.pdf>. Acessado em: out. 2011.

_____. **Resolução N° 2,** publicada no DOU de 29/4/2008, seção1, p.25-26. Disponível em: www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf (Acessado em: outubro de 2011).

_____. **Manual de Operações do Pronera**. Ministério do Desenvolvimento Agrário; INCRA: Brasília, 2004.

_____. **PRONERA**: Manual de operações. Ed. revista e atualizada conforme Decreto 7.352/2010 e Acórdão TCU nº 3.269/2010. Disponível em: www.incra.gov.br (Acessado em outubro de 2011).

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Educação do Campo**: notas para análise de um percurso. II Encontro Nacional de pesquisa em Educação do Campo. Brasília, 6 a 8 de agosto de 2008.

CAMINI, I. **O desafio de fazer a Escola enquanto se luta**: Escola Itinerante - 15 anos. nov. 2011.

CARTER, M; CARVALHO, H. M. **A Luta na Terra**: Fonte de crescimento, Inovação e desafio constante ao MST, In: CARTER, M. (Org.) **Combatendo a Desigualdade Social: O MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010.

COMO fazemos a Escola de Educação Fundamental. **Caderno de Educação** nº 9, Rio Grande do Sul, 2004.

DOSSIÊ MST e a escola. **Caderno de Educação** nº13. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ENGELS, F; MARX, K. Teses sobre Feuerbach. In: _____. **Obras escolhidas**. v.3. São Paulo: Alfa Omega.1845.

EDUCAÇÃO de jovens e adultos. **Caderno de Educação** nº 11. Veranópolis/RS.

FECHAMENTO das escolas é crime. Documento interno do MST - Relatório do Curso de Pedagogia da Terra. 1ª etapa. 2006.

FERNANDES, B. M. **Formação e territorialização do MST no Brasil**. In: CARTER, M. (Org.) **Combatendo a Desigualdade Social: O MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010.

HISTÓRIA do MST (1984-2009). **Caderno de Formação** N°1. MST-Ceará.2010

II Seminário Nacional: o MST e a Pesquisa. **Cadernos do ITERRA**. ANO VII, Dez. 2007.

KOLLING, E. J; NÉRY, I; MOLINA, M. C. (Org.) **A educação básica e o movimento social do campo**: por uma educação básica do campo, nº 1, 1999.

MARTINS, A. F. G; SCOPINHO, R. A. **Desenvolvimento organizacional e interpessoal em cooperativas de produção agropecuária**: reflexão sobre o método. *Psicologia & Sociedade*, 15 (2): 124-143; jul./dez.2003. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/psoc/v15n2/a09v15n2.pdf>. Acessado em: ago. 2011.

MÉSZÁROS, I. **Educação para Além do Capital**, 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
MST. **Princípios da educação no MST**. Caderno de Educação nº 8, Porto Alegre/RS, 1996.

MST faz jornada em defesa da educação e do PRONERA. Disponível em:<www.mst.org.br/jornal/294/destaque>. Acessado em: out. 2011.

PARA debater os desafios internos do MST. **Cadernos de debates** nº 2. São Paulo, 2009.

PRONERA no contexto atual. Disponível em: <www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=6908>. Acessado em: outubro de 2011.

RIBEIRO, J. R. **Os sentidos em formação da Pedagogia da Terra**: o caso das militantes do MST no estado de São Paulo. São Carlos: UFSCar, 2010.

RIBEIRO.M. **Movimento Camponês Trabalho e Educação**: liberdade, autonomia, emancipação princípios /fins da formação Humana. São Paulo. Expressão Popular, 2010

SCOPINHO, R. A. Os sentidos do projeto sócio-educativo da reforma agrária e o futuro dos assentamentos rurais. In: FERRANTE, V. L. S. B; WHITAKER, D. C.A. (Org.) *Retratos de Assentamentos*. Araraquara. Nº 12. SP.NUPEODOR.UNIARA.2009 .

XVII Encontro Estadual MST/SP. Textos para estudos e debates. Iaras dezembro de 2001.